



CARTILHA DO CIDADÃO • PREVIDENCIÁRIO

SALÁRIO-MATERNIDADE

O benefício pago pelo nascimento, pela adoção ou pela guarda para adoção de uma criança, e também em caso de aborto não criminoso e natimorto.

NESTA CARTILHA

01	O que é ser segurada do INSS	pág. 2
02	Quem tem direito e quem paga	pág. 3
03	Checklist de documentos	pág. 5
04	Como pedir e perguntas frequentes	pág. 6

O PAI TAMBÉM PODE RECEBER

Se adotar ou obtiver guarda para adoção, recebe os **120 dias**. Se a mãe falecer, recebe pelo tempo que faltava, desde que ele também seja segurado do INSS (salvo se a criança falecer ou for abandonada).

01 Ser segurada do INSS

O salário-maternidade é pago a quem é **segurada do INSS**. Segurada é a pessoa que está protegida pela Previdência Social, em geral porque contribui todo mês — pelo desconto no salário ou pagando a própria guia. A lei chama essa proteção de **qualidade de segurada**.

Sua situação	Como você se torna segurada
Trabalha com carteira assinada, inclusive como empregada doméstica	Automaticamente , desde o primeiro dia de trabalho. O patrão desconta a contribuição do salário e recolhe ao INSS.
Trabalha por conta própria (costureira, cabeleireira, vendedora, manicure) ou é MEI	A autônoma faz a inscrição no INSS e paga a guia todo mês ; a MEI paga o boleto mensal do MEI (DAS). Quando presta serviço a uma empresa, é a empresa que desconta a contribuição.
Não trabalha (dona de casa, estudante), a partir dos 16 anos	Pode ser segurada facultativa : faz a inscrição e paga a guia todo mês, por escolha própria.
Trabalha na roça, na pesca artesanal ou no extrativismo, sozinha ou com a família	É segurada especial : não precisa de carnê mensal, mas precisa provar esse trabalho com documentos.

Como começar a contribuir: faça a inscrição pelo Meu INSS ou pelo telefone 135 (você recebe o número de inscrição, o NIT) e pague a guia todo mês **até o vencimento**. A facultativa não pode pagar meses anteriores à inscrição e, depois de inscrita, só pode pagar guia atrasada enquanto não tiver perdido a qualidade de segurada.

PAREI DE CONTRIBUIR. AINDA SOU SEGURADA?

- **Quem trabalhava:** continua segurada por até **12 meses** depois da última contribuição. Com mais de 120 contribuições sem perder a qualidade de segurada, até **24 meses**.
- **Desempregada:** mais **12 meses**, se comprovar o desemprego (a lei fala em registro no órgão do Ministério do Trabalho).
- **Facultativa:** até **6 meses** depois da última guia paga.
- **Quem recebe benefício do INSS** (salvo o auxílio-acidente): continua segurada enquanto recebe.

01 · SER SEGURADA DO INSS (CONTINUAÇÃO)

Esse tempo em que a proteção continua sem contribuição se chama **período de graça**. Se o parto acontecer dentro dele, o salário-maternidade é devido.

02 Quem tem direito

Nascimento do filho

120 dias, a começar até 28 dias antes do parto. Também vale para natimorto. Aborto não criminoso, com atestado médico: **duas semanas**. Internação por complicação do parto (mais de 2 semanas): na internação e mais 120 dias após a alta, descontado o já recebido antes do parto.

Adoção ou guarda

120 dias a partir da decisão judicial, qualquer que seja a idade da criança (até 12 anos). Pago à mãe ou ao pai adotante, **sempre pelo INSS**. Síndrome congênita do Zika com deficiência permanente: mais 60 dias (também no parto).

QUEM TEM DIREITO

- **Empregada e doméstica:** sem exigência de tempo mínimo de contribuição.
- **Autônoma, facultativa e segurada especial:** não se exigem mais 10 contribuições; basta ser segurada (veja a página 2; a especial comprova o trabalho rural).
- **Desempregada:** tem direito se o parto ocorreu dentro do período de graça (página 2).
- **Se quem recebia falecer:** o cônjuge ou companheiro segurado do INSS recebe pelo tempo que faltava, se pedir até o fim do benefício original (salvo se a criança falecer ou for abandonada).

O STF declarou inconstitucional a exigência de 10 contribuições nas **ADIs 2.110 e 2.111** (21/03/2024; prevaleceu o voto do Min. Edson Fachin), e o INSS editou a **IN PRES/INSS nº 188/2025**. Negado o pedido por falta delas, cabe novo pedido ou orientação, conforme a data do indeferimento.

03 Quem paga o benefício

Situação	Quem paga
Empregada de empresa, pelo parto	A empresa paga durante a licença e desconta do INSS; não é preciso pedir nada ao INSS
Empregada de MEI, avulsa, doméstica, autônoma, facultativa, segurada especial e desempregada	O INSS , direto
Adoção ou guarda para adoção, em qualquer caso	O INSS , direto

03 · QUEM PAGA O BENEFÍCIO (CONTINUAÇÃO)

- **Dois empregos com carteira assinada:** em regra, recebe nos dois, cada um sobre o seu salário.
- **Afastamento:** durante o benefício é preciso ficar afastado; quem continua trabalhando tem o benefício suspenso.

04 Checklist de documentos

Marque cada item conforme for separando. Separe primeiro os documentos da sua situação: parto, adoção ou guarda.

1 Seus documentos pessoais

- ☐ RG, CPF e comprovante de residência
- ☐ Certidão de casamento ou de nascimento
- ☐ Carteira de Trabalho: todas as páginas
- ☐ Número do PIS / PASEP / NIT
- ☐ Extrato do CNIS atualizado

2 Se o benefício é pelo parto

- ☐ Certidão de nascimento do bebê
- ☐ Atestado médico específico para gestante, se for se afastar antes do parto
- ☐ Cartão de pré-natal
- ☐ Certidão de natimorto ou atestado médico, nos casos de aborto

3 Se é por adoção ou guarda

- ☐ Nova certidão de nascimento expedida após a decisão judicial
- ☐ Termo de guarda com a indicação de que se destina à adoção
- ☐ Cópia da decisão judicial

4 Comprovação da contribuição

- ☐ Carnês e guias de recolhimento (GPS), para autônoma e facultativa
- ☐ Contracheques dos últimos meses
- ☐ Termo de rescisão, se saiu do emprego
- ☐ Documentos do trabalho rural, para a segurada especial

5 Se o INSS já negou

- ☐ Carta de Comunicação de Decisão
- ☐ Cópia completa do processo, tirada no Meu INSS

04 • CHECKLIST DE DOCUMENTOS (CONTINUAÇÃO)

Não é mais preciso ter 10 contribuições, mas a qualidade de segurada continua sendo exigida. A desempregada deve provar que estava no período de graça na data do parto: guarde o termo de rescisão e o extrato do CNIS.

04 · CHECKLIST DE DOCUMENTOS (CONTINUAÇÃO)

GLOSSÁRIO

Segurada — Pessoa protegida pelo INSS, em geral porque contribui.

Carência — Número mínimo de contribuições; não é mais exigida aqui.

Período de graça — Tempo em que a proteção continua mesmo sem contribuir.

CNIS — Extrato com todos os vínculos e contribuições.

05 Como pedir, passo a passo

- 1 Confira a sua situação**
Empregada de empresa avisa o empregador. Na adoção, ou se o empregador for MEI, o pedido é direto no INSS. Doméstica, autônoma, desempregada e segurada especial também pedem direto ao INSS.
- 2 Reúna os documentos da página 4**
A certidão de nascimento do bebê, ou a decisão judicial da adoção, é o documento central do pedido.
- 3 Peça o benefício ao INSS**
Pelo aplicativo ou site **Meu INSS**, ou pelo telefone **135**. Informe a data do parto e anexe os documentos. Guarde o protocolo.
- 4 Atenda às exigências**
O INSS pode pedir comprovação de contribuições ou do trabalho rural. Fique de olho no prazo da carta de exigência.
- 5 Acompanhe o pagamento**
A decisão e as parcelas aparecem no Meu INSS. Se o pedido for negado, é possível recorrer ou buscar a Justiça.

05 · COMO PEDIR, PASSO A PASSO (CONTINUAÇÃO)**PERGUNTAS FREQUENTES****Tenho até quando para pedir?**

Os valores podem ser cobrados em até 5 anos, mas peça o quanto antes.

Sou desempregada, perdi o direito?

Não necessariamente. Se o parto ocorreu no período de graça, o benefício é devido.

Autônoma precisa de 10 contribuições?

Não. A regra caiu no STF: basta ser segurada do INSS (página 2).

Trabalhadora rural recebe?

Sim, comprovando o trabalho no campo antes do parto.

CONTATO DO ESCRITÓRIO

Atendimento de segunda a sexta, das 8h às 17h, por telefone, WhatsApp ou e-mail.

Telefone	(92) 98249-1054 · WhatsApp
E-mail	atendimento@oliveiraconsultoriaadv.com.br
Site	oliveiraconsultoriaadv.com.br
Instagram	@paulojunio.adv
Endereço	Rua Prof. Abílio Alencar, 224 · Alvorada · Manaus/AM



**Aponte a
câmera**

Paulo Junio Leandro de Oliveira · OAB/AM 10.250. Material informativo; não substitui a orientação de um advogado no caso concreto. Base: Lei nº 8.213/1991, arts. 11, 13, 15, 26, VI, 27, I, 71 (§§ 2º e 3º com a redação das Leis nº 15.156/2025 e 15.222/2025), 71-A (§ 3º, Lei nº 15.156/2025), 71-B, 71-C, 72, 73 e 103, parágrafo único; Lei nº 8.212/1991, art. 30, I, a e b, II e V; Lei nº 10.666/2003, art. 4º; LC nº 123/2006, arts. 13 e 18-A; Decreto nº 3.048/1999, arts. 11 (caput, § 1º, I e III, e §§ 3º e 4º), 20, § 1º, 93, 97 e 98; STF, ADIs 2.110 e 2.111 (julgamento de 21/03/2024); IN PRES/INSS nº 188/2025.

Atualizada em 09/2026 · revisar em 12/2026.